

REVISTA ECO-PÓS

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/index>



Internet, Participação Política e Organizações da Sociedade Civil

Othon Jambeiro, Jussara Borges

Revista Eco-Pós, 2010, v. 13, n. 1, 124-145

A versão online deste artigo está disponível em:

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/issue/view/23>

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Informações adicionais da revista Eco-Pós

sobre: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/about>

e-mail: ecopos.ufrj@gmail.com

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

Internet, participação política e organizações da sociedade civil

Othon Jambeiro¹, Jussara Borges²
UFBA



RESUMO

A predominância alcançada pela democracia representativa no mundo ocidental, nas décadas finais do Século XX, intensificou as discussões sobre o papel que a participação social e política tem na democracia. Mais recentemente, novos valores trazidos pela chamada cibercultura passaram a ser inseridos no debate, particularmente quanto ao conceito, às formas de ação e às competências individuais necessárias ao uso das tecnologias avançadas de informação e comunicação. Neste novo contexto, as organizações da sociedade civil que anteriormente tinham, em sua maior parte, objetivos mais sociais que políticos, passaram a desenvolver, crescentemente, um papel de mediadoras de participação política, ainda que esta não esteja em seus objetivos originais ou prioritários. Este artigo resulta de pesquisa que busca compreender as competências digitais desenvolvidas por organizações da sociedade civil no cumprimento de seus objetivos sociais e políticos. Além do aprofundamento teórico sobre os principais temas que permeiam o estudo, a metodologia inclui entrevistas com gestores de organizações da sociedade civil sediadas em Salvador, Bahia. Os resultados mostram que as organizações têm sido levadas tanto a priorizar a participação política quanto a desenvolver intensamente competências digitais em seu pessoal e em seu público-alvo.

PALAVRAS-CHAVE

Cibercultura • Competências Digitais • Organizações da Sociedade Civil • Participação Política • Democracia

1 Introdução

Com a opção quase unânime do mundo ocidental, no final do século passado, pela democracia representativa, o debate na academia – mas também em ambientes extra-universitários - tem abordado, com relativa insistência, tanto valores e princípios quanto o aprofundamento da democracia. Um tópico em relevo é a questão da representatividade, vista por determinadas correntes

¹ Professor Titular do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais, do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea.

² Professora Assistente do ICI-UFBA. Doutoranda PPGCCC-UFBA.

teóricas como fator de distanciamento entre a esfera civil e o campo de decisão política. O Estado democrático moderno tem sido muitas vezes descrito como um ente profissional, burocrático e autônomo da sociedade.

Essas e outras questões têm levado a discussões sobre alternativas ao desenvolvimento da democracia. Vários teóricos (Bobbio, 2007; Bohman, 1996; Pateman, 1992; Santos, 2002; Ugarte, 2004, entre outros), sugerem o alargamento da participação política para além da escolha de representantes como o caminho para a sedimentação, o enraizamento e o desenvolvimento democrático: “o conceito de democracia evoca a idéia de autogoverno; da liberdade positiva, entendida como a faculdade dos indivíduos de participarem da tomada das decisões a que são submetidos” (Ugarte, 2004, p. 95).

No entanto, o conceito e os níveis de participação política popular não encontram unanimidade entre os teóricos da democracia. Desde os que restringem a participação ao direito ao voto até os que defendem a democracia direta, observa-se uma diversidade de posicionamentos. Ugarte (2004) diz que a dimensão dos espaços de decisão coletiva e as modalidades de participação popular são precisamente os pontos de maior controvérsia entre os teóricos.

Com a chegada da Internet e, com ela, a possibilidade de construção de espaços eletrônicos de deliberação participativa, o debate ganhou impulso. Sob o ponto de vista do potencial para participação política, a Internet apresenta vantagens como: grande variedade de informações; capacidade de envolver diferentes parceiros de interlocução através de diferenciados recursos (e-mails, chats, grupos de discussão, conferências); e facilidade de comunicação direta, rápida e sem obstáculos entre o público e os políticos. “Isso significa um potencial de interação inédito, se comparado com os veículos de comunicação tradicionais” (Maia, 2002, p. 277).

Por outro lado, o uso da Internet requer competências que permitam atuação efetiva e criativa de produtores, consumidores, falantes e ouvintes, no contexto social em que querem participar. Mas quais competências seriam essas? Alguns autores (Murdock; Golding, 2004; Martin, 2006) vêm se referindo a elas como um conjunto de competências digitais requeridas para exercer completo comando sobre a produção de significado e conhecimento

potencialmente propiciados pela Internet.

Organizações da sociedade civil, que no século XX ocuparam um papel importante na articulação e promoção de direitos civis, parecem estar sendo afetadas pelas mudanças. Essas organizações exercem significativa função política na sociedade contemporânea, porque “a materialização do cidadão no processo político tem sido constatada particularmente no contexto do fortalecimento de entidades locais, organizações não-governamentais (ONGs), associações de moradores e organizações voluntárias, entre outras” (Baquero, 2003, p. 86).

Este trabalho é parte de uma pesquisa que tem como objetivo contribuir para a compreensão das formas de participação política praticados pelas organizações da sociedade civil, no contexto sócio-político criado pela Internet. Ela busca, particularmente, o que se refere às competências digitais demandadas para a efetivação de suas estratégias de atuação política, necessárias para o cumprimento de seus objetivos. Interessa saber, sobretudo se e como existem inter-relações entre competências digitais e participação política; se há reciprocidade entre elas, isto é, se uma e outra se ajudam mutuamente; e se há determinações entre elas, isto é, se o fato de participar politicamente determina nas organizações a busca da competência digital ou vice-versa, isto é, se ao adquirir competência digital as organizações passam a ter maior participação política.

Essas organizações, de maneira geral, participam de processos decisórios de natureza política e servem como *locus* de treinamento e formação de cidadãos, neles inoculando o “espírito cívico” necessário à sobrevivência e fortalecimento da democracia. Tal treinamento geralmente conduz a uma desejável maior participação na sociedade e inevitavelmente termina por assumir um também desejável caráter político.

A seguir a fundamentação teórica e os resultados parciais da pesquisa, que dão sustentação empírica ao que aqui se expõe.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA

Com o debate político no século XX encaminhado em direção à democracia como forma de governo desejável, o modelo que fornece os parâmetros para esse regime vem da doutrina liberal, de influência crescente a partir da Segunda Guerra Mundial e hegemônica desde os anos 1980. O desenvolvimento recente dos ideais democráticos vem ocorrendo, portanto, dentro dos padrões liberais de análise e dos princípios de representação.

Dentre os expoentes clássicos da democracia liberal estão Jeremy Bentham e James Mill. “Estes clássicos tendem a conferir valor superior (1) aos princípios de prestação de contas e visibilidade por parte dos governantes e (2) à defesa de uma circunscrição modesta da participação dos cidadãos, limitando-se tais eventos às ocasiões eleitorais” (Marques, 2008, p. 41)

Na primeira metade do século XX começou a se formar a teoria democrática contemporânea, reunindo teóricos como Schumpeter e Berelson. O primeiro defende que o ponto central da democracia é a formação de um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 1943). É, portanto, em essência, um portavoiz do pensamento liberal “usualmente identificado com uma visão da democracia em termos de ‘elitismo competitivo’ onde o papel das elites é fundamental e o papel dos votantes claramente secundário” (Pereira, 1997). Na mesma linha, Berelson, assim como outros da mesma corrente de pensamento, relaciona o aumento da participação política à instabilidade do sistema democrático. Para ele, altos níveis de participação devem ser desempenhados apenas por alguns e, portanto, a apatia e o desinteresse da maioria têm um papel positivo, pois possibilitam equilíbrio e estabilidade do sistema como um todo.

De forma geral, o entendimento de participação entre os autores de matiz liberal-elitista pode ser sintetizado na escolha daqueles que tomam as decisões. Essa escolha deve se dar por sufrágio universal, através de eleições periódicas e livres, nas quais os líderes (elite) competem pelos votos do povo. O nível de participação desejável é aquele que faz a máquina eleitoral funcionar, e qualquer outra interferência da esfera civil nas decisões públicas é negativa ao

processo democrático.

Principalmente a partir da década de 1960, o modelo liberal de democracia começa a receber questionamentos. O Estado democrático ao longo da história foi assumindo uma configuração profissional, burocrática e autônoma da sociedade, no recôndito da qual se realizam as decisões governamentais e o debate político em torno delas.

Este distanciamento exagerado entre a esfera da decisão política e a sociedade ou esfera civil fez surgirem propostas teóricas que buscam “reconhecer que mecanismos de participação podem tornar-se complementares nos processos decisórios, uma vez que podem [...] atuar como mecanismos de aperfeiçoamento democrático, como ponto e não contraponto da representação” (Laisner, 2009, p. 32).

Pateman (1992, p. 62), por exemplo, argumenta que: “Pode-se caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo”.

Principalmente a partir dos anos 1980 o modelo participacionista ganha um novo reforço ou outra perspectiva de base mais procedimentalista: a democracia deliberativa. Esta vertente afirma que “a tomada de decisão política é legitimada quando as políticas são produzidas em um processo de discussão pública e debate entre os cidadãos e seus representantes, [...] refletindo o interesse geral ou o bem comum” (Bohman, 1996, p. 4). A ação comunicativa fortemente imbricada na teoria deliberacionista é especialmente associada aos escritos de Jürgen Habermas, particularmente o conceito de esfera pública. Seria nesta que Estado e sociedade exercitariam “uma prática de discurso crítico racional dos assuntos públicos” (Laisner, 2009, p. 30).

Para Giddens (1996, p. 131), a concepção deliberativa representa um avanço ao modelo participacionista “epistêmico” de Rousseau, porque enquanto este acredita na existência de uma vontade geral e supõe que os procedimentos democráticos podem realizá-la, a abordagem deliberativa enfatiza o processo de discussão, no qual todos os pontos de vista possam ser ouvidos, buscando-se um

acordo na arena política.

Em uma ordem social cada vez mais reflexiva, na qual as pessoas também são livres para ignorar a política quando assim o desejarem, a legitimidade política não vai ser prontamente mantida apenas porque um aparato de eleição, representação e parlamento está à disposição. Para criar e preservar essa legitimidade, é provável que os princípios da democracia deliberativa tornem-se cada vez mais significativos. (Giddens, 1996, p. 132).

Para além das discussões teóricas, o contexto político também é conformado por mudanças sociais e culturais. Para Castells (2003, p. 428) “as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoleto o sistema partidário e o atual regime de concorrência político como mecanismos adequados de representação política na sociedade em rede”. O que é repercutido por Gomes (2005, p. 218) quando afirma que a introdução da Internet:

[...] faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementam uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da idéia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a internet é decididamente uma inspiração.

De fato, as ponderações sobre democracia eletrônica aparecem relacionadas à capacidade do novo ambiente de comunicação de promover a participação do cidadão na vida pública e seu envolvimento em questões políticas, como acesso aos processos legislativos, comunicação eletrônica com representantes eleitos, votação eletrônica, discussões sobre temas da sociedade, escolha de prioridades nas listas dos orçamentos participativos, participação via meios eletrônicos em referendos, plebiscitos etc.

As principais críticas ao modelo participacionista referem-se a questões de aplicação prática: necessidade de boa circulação de informações, capacidade cognitiva, educação. Mas, independentemente delas cresce a compreensão de que a complexidade dos problemas da humanidade é responsabilidade de todos e requer soluções compartilhadas, e “a participação de cidadãos permanentemente ativos e informados é a chave para a construção de uma sociedade democrática” (Jambeiro e outros, 2008, p. 3).

3 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

De acordo com Cortês (2007), até o início dos anos 1990 eram comuns na literatura, afirmações sobre a dificuldade de criação de canais participativos nos países em desenvolvimento, devido às características de suas instituições políticas, dominadas por pactos e acordos informais elitistas e pela fraqueza da sociedade civil. É fato, contudo, que este cenário vem se alterando, tanto pela mobilidade social causada pelo desenvolvimento econômico, quanto pela reorganização da sociedade (a Constituição de 1988) e do governo (a Reforma do Estado).

A Constituição de 1988 atribuiu às organizações da sociedade civil funções de representação, a exemplo da participação no planejamento municipal (art. 29, XII), denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, §2) e participação na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 204, II). Na seqüência, vários outros instrumentos normativos vincularam a participação popular à representação pelas associações, como ocorre no Estatuto da Cidade, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos diversos conselhos de políticas públicas setoriais (saúde, direitos da criança e do adolescente, assistência social). “Trata-se, pois de funções de caráter político na medida em que objetivam a representação de segmentos sociais para realização de atividades de caráter geral de proteção à sociedade como um todo” (Teixeira, 2008, p. 31).

Por outro lado, a partir da década de 1990 os governos se empenharam em reformar o Estado e a administração pública, para tornar a burocracia governamental mais ágil, procurando acompanhar a eficiência e agilidade do setor privado, além de se aproximar mais do cidadão. Com a introdução da Internet no Brasil, a partir de 1994, essas iniciativas passaram, crescentemente, a aparecer relacionadas a programas de governo eletrônico. Incorporaram, portanto, o novo suporte tecnológico não só para a otimização de processos administrativos, mas também para mudanças na cultura organizacional do Estado e no comportamento político dos cidadãos, chamados a participar e a ajudar no controle das ações governamentais.

Do ponto de vista da prática democrática, estas mudanças foram muito importantes – como de resto o foram em todos os países do mundo - porque o

modelo de democracia participativa demanda das instituições políticas, além da abertura de canais participativos para a sociedade, a formação dos cidadãos para a participação e o estímulo às organizações sociais para receberem essa participação. Em decorrência, parece ter se tornado comum o uso da Internet pelas organizações da sociedade civil brasileiras. Isto pode estar ampliando as perspectivas democráticas, embora haja pouca informação confiável quanto à eficiência e à eficácia desse uso.

No plano geral, além de atuação em suas áreas específicas, essas organizações contribuem para ampliar as formas de participação política, emprestando-lhe um caráter de ação: a busca por informações, a militância, as discussões, as manifestações de opinião, as marchas, a avaliação dos representantes, a pressão sobre os políticos etc. “Disseminados pelo tecido social, essas redes cívicas [...] devem ser vistas como ‘arenas discursivas temáticas’, locais de contestação, de argumentação e de deliberação” (Maia, 2001, p.7). São grupos segmentados, de enorme variedade de conjugação de interesses – associações de mulheres, de luta contra o câncer, de comunidades paroquiais, de deficientes físicos, de proteção da criança e do adolescente - que se tornaram protagonistas da vida política na sociedade democrática. Chegam mesmo a ser identificadas como alternativas preferenciais na resolução de problemas locais:

As organizações alternativas às tradicionais (partidos) são vistas crescentemente como sendo mais flexíveis e efetivas do que os programas patrocinados pelo Estado. Também são consideradas mais capazes de estruturar suas atividades às necessidades e circunstâncias comunitárias. Assim, em virtude das deficiências da democracia representativa, um número crescente de pessoas parece depositar fé na ação da sociedade civil no processo de regeneração política (Baquero, 2003, p. 87).

De fato, a partir de meados dos anos 1990 assiste-se a muitas organizações da sociedade civil brasileira trocando sua orientação de uma histórica posição de apenas questionamento da autoridade estatal e/ou articulação de demandas para a exigência de maior participação no interior das políticas governamentais. As ONGs – para as quais passam a ser transferidas determinadas funções de governo – começam a propor políticas nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente e outras, e colaboram na implementação dessas políticas. Amplia-se, assim, a vinculação entre sociedade civil e sociedade

política: “desenvolve-se o novo espaço público denominado público não-estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais” (Gohn, 2005, p. 77).

Na perspectiva de Teixeira (2008, p. 32), o aparato institucional-legal – que dá às associações funções de controle social do poder público, participação na gestão e no planejamento – “se devidamente exercitado e respeitado daria condições de partilha do poder e de efetivação de uma democracia participativa”. Há, no entanto, barreiras sociais e institucionais, a principal das quais é a fraqueza das associações que “ainda não dispõem de um suporte técnico e recursos humanos que possam exigir e acompanhar a prática destes mecanismos” (Teixeira, 2008, p. 32).

De qualquer forma, várias dessas organizações passaram a atuar em rede, mesmo antes da chegada da Internet ao Brasil, incorporando-a posteriormente ao seu cotidiano. A principal delas é a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), mas há outras, de natureza temática, como as de meio-ambiente, de combate a determinadas doenças etc. A articulação em formato de redes tem ajudado as organizações a fortalecerem suas ações, organizarem seus movimentos e ramificarem suas idéias. Nas redes ligam-se participantes autônomos, que compartilham valores e interesses e se relacionam sem as restrições de estruturas hierárquicas. Observando os movimentos ambientalista, feminista e religiosos fundamentalistas, Castells (2003, p. 443) afirma que “essas redes fazem mais do que organizar atividades e partilhar informações, [elas] representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais”.

4 O OBJETO DA PESQUISA

As organizações da sociedade civil são um objeto empírico singular de observação porque vêm ampliando as perspectivas democráticas. Particularmente nas grandes aglomerações urbanas, são *locus* onde os cidadãos se sentem seguros, relativamente poderosos e capazes de resistir às agressões

externas ao seu ambiente social, cultural e econômico, quer venham dos governos quer de outros grupos organizados.

Elas vêm paulatinamente incorporando a Internet e as tecnologias correlatas para empreender seus objetivos. Por outro lado, embora essas tecnologias forneçam um ferramental propício ao incremento da participação política, há outros fatores que condicionam o fenômeno, como a existência de condições materiais e instrumentais, a disponibilização de informação qualificada, cultura cívica e competências para atuar e interagir no ciberespaço.

Esse último condicionante – as competências – é um dos itens mais nebulosos. Embora autores de correntes diversas concordem que atuar no ciberespaço exija novas habilidades, letramentos ou competências (não há consenso quanto à terminologia), a discussão sobre as competências ainda é periférica nas pesquisas que as mencionam: não esclarecem quais seriam, seus níveis de qualidade e a relação destes com diferentes graus de uso da Internet na vida cotidiana.

De acordo com revisão de literatura realizada por Aviram e Eshet-Alkalai (2006), o conceito de *digital literacy* é freqüentemente relacionado com a combinação de habilidades técnicas, cognitivas e sócio-emocionais para efetuar transações e resolver problemas em ambientes digitais. Fleming (2004) lembra que o conceito de *literacy* é o de uma forma de competência para lidar com recursos codificados, que mediam a linguagem, suas regras de uso e a cultura construída com e em torno dela.

Estas questões são levantadas, na maior parte das vezes, com relação aos indivíduos. Isto é, quando se fala em *digital literacy* ou competência digital está-se fazendo referência à qualificação das pessoas para lidar com a Internet. Na pesquisa que embasa este artigo, contudo, a intenção é outra: quer-se verificar as competências digitais não de indivíduos isoladamente, mas de organizações da sociedade civil que, na busca do cumprimento de seus objetivos, devem desenvolver, em seus quadros técnicos e administrativos, em seus associados e em sua clientela, habilidades e conhecimentos consubstanciados em competência digital.

A razão desta escolha está na observação de que o processo de democratização da sociedade brasileira vem adquirindo uma configuração na

qual organizações deste tipo se estabelecem - em quantidade e qualidade - como interlocutoras privilegiadas nos processos decisórios das instâncias políticas nacionais, estaduais e municipais. Parece haver, na realidade, forte correlação entre a consolidação do regime democrático e o fortalecimento dessas organizações. Isto é, a associação de cidadãos em entidades que articulam seus interesses, aspirações e necessidades tem se mostrado importante fator para o exercício e a consolidação da democracia.

Essas organizações desempenham, entre outros, dois papéis relevantes: primeiro, o de fazer a ligação entre seus associados e os vários níveis de governo, as instituições, as empresas e mesmo os partidos políticos diretamente; segundo, na medida em que atuam politicamente, o de se constituir em instrumento de luta contra eventuais – e freqüentes – tentativas de elitização dos processos decisórios de natureza política.

Os temas e debates levantados acima podem ser sumarizados nas questões que se seguem e que constituem o problema da pesquisa da qual resulta este primeiro trabalho. As três primeiras são respondidas a seguir, mas as outras duas só terão respostas quando a investigação estiver completa:

Quais as formas de participação política praticados pelas organizações da sociedade civil atualmente? Que competências digitais desenvolvem em si mesmas, nos seus associados e em sua clientela? Como essas competências digitais influenciam seus objetivos, estratégias de ação e relações políticas? O desenvolvimento de competências digitais intensificou ou melhorou sua participação política?

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a pesquisa empírica foi escolhido como universo a cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, que historicamente concentra organizações da sociedade civil atuando em frentes múltiplas de defesa de direitos civis e mediações políticas. Dada a quantidade e diversidade dessas organizações, optou-se por uma seleção que partiu do banco de dados do

Cadastro Nacional de Entidades (CNE)³ do Ministério da Justiça. De acordo com a [Portaria SNJ nº 24](#), de 11 de outubro de 2007, é obrigatório o registro no CNE/MJ para entidades declaradas de Utilidade Pública Federal (UPF), as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A partir do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas que cada organização disponibiliza no CNE, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- Organizações cuja finalidade pudesse ser enquadrada como de mediação social, retirando-se aquelas, portanto, que têm fins exclusivamente educacionais, de prestação de serviços de saúde ou financiadoras de projetos. Assim, dos 23 tipos de finalidades definidas no CNE, permaneceram 13;
- Organizações que responderam afirmativamente quanto à sua contribuição para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania no Questionário para Avaliação da Inserção Social⁴. Com a aplicação desses dois primeiros critérios pretendeu-se selecionar aquelas organizações que, para além de prestação de serviços, podem ter atuação política;
- Organizações que já atuavam em 1995, ano da entrada da Internet comercial no Brasil. Com este requisito procurou-se criar condições de aferir mudanças provocadas pelo desenvolvimento de competências digitais.

Com a aplicação desses critérios, chegou-se a 51 organizações. Nesta primeira etapa optou-se por entrevistar apenas uma organização de cada finalidade, conforme Quadro 1, totalizando 11 organizações.

Finalidade	Organização Entrevistada
Cultura e Arte	Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé)
Assistência Social – Vigilância Social	Nenhuma organização atendeu aos critérios de seleção
Assistência Social – Proteção Social	Organização de Auxílio Fraternal (OAF)
Assistência Social – Defesa social e institucional	Fundação Franco Gilberti
Defesa e Proteção do Meio Ambiente	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar)
Associação de Moradores, Centros e Associações Comunitárias	Associação Movimento João de Barro

³ Banco de dados e demais informações disponíveis em <http://www.mj.gov.br/cne>

⁴ Este questionário faz parte do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas

Desenvolvimento Rural	Instituto de Permacultura da Bahia
Emprego e Treinamento	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec)
Defesa de Direitos de Grupos e Minorias	Grupo de Apoio à Prevenção a Aids da Bahia (Gapa-BA)
Outras Formas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos	Associação Baiana de Deficientes Físicos (Abadef)
Promoção do Voluntariado	Centro Espírita União, Amor e Luz
Outras não especificadas anteriormente	Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento
Segurança e Cidadania	Nenhuma organização atendeu aos critérios de seleção

Quadro 1: Organizações da sociedade civil por finalidade de atuação

Fonte: Pesquisa da autora a partir do CNE

As entrevistas foram realizadas individualmente, com os gestores de cada organização, nos meses de junho e julho de 2009, pela própria pesquisadora, que foi pessoalmente às organizações, a partir de horário previamente agendado. A entrevista partiu de um roteiro semi-estruturado, com 10 questões abertas e foram gravadas, com o objetivo de tornar os dados obtidos mais precisos. A esses depoimentos verbais foram acrescentadas anotações e observações da pesquisadora. As falas coletadas foram transcritas e os dados foram tratados para produzir os resultados. De acordo com o caráter qualitativo não foram utilizados instrumentos e técnicas estatísticas sofisticadas na análise dos dados e sim inferências a partir das falas dos entrevistados.

Na redação dos resultados, a seguir, todas as falas estão sinalizadas em itálico e optou-se por ocultar a identidade das organizações. Nesse sentido, sempre que a fala do entrevistado incluiu o nome da organização, esse foi substituído por “[organização]”.

6 RESULTADOS

6.1 As formas de participação política

Para a maior parte das organizações (nove delas), a forma de atuação mais efetiva está na mobilização das comunidades, na orientação para a busca

de seus direitos ou no empoderamento⁵ dessa comunidade. Mas também nove mencionaram a participação em debates e fóruns públicos como atuação política, dentre as quais duas disseram que capacitam as pessoas da comunidade para estarem nesses espaços. Oito delas mencionaram participar de conselhos, a maioria com direito de voto. Quatro organizaram eventos relacionados a discussões sobre direitos e cidadania. Três já organizaram manifestação pública de rua. Apenas uma relacionou a participação política pela inserção de pessoas da organização em partidos políticos. Nenhuma realiza ciberativismo.

Há, portanto, uma alteração acentuada quanto às formas de atuação política, se comparados aos registros de 20 ou 30 anos atrás: passaram de uma posição de confronto com o poder público para uma posição de busca de diálogo e parceria. Duas falas merecem ser observadas nesse sentido:

“É importante a manifestação em alguns casos, mas é importante que se apresente propostas, alternativas para discutir. Eu acho que o diálogo é o primeiro passo.”

“Já houve momento da gente pegar uma bandeira e ir reclamar alguma coisa. Hoje a gente não precisa fazer isso, mas se precisar a gente vai fazer, porque hoje a gente já tem credibilidade suficiente para chegar nos espaços, de uma forma muito tranquila, sem estardalhaço e dizer ‘olha, o [organização] está aqui e achamos necessário fazer isso’, e ser ouvido”.

Gohn (2005, p. 83), numa posição bastante crítica sobre essa mudança na forma de atuação, acredita que:

Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando em ativista organizador das clientelas usuários dos serviços sociais.

O mais provável é que os dois lados tenham razão. A observação empreendida pela pesquisa de campo – ainda que parcial e subjetiva - pôde constatar que da mesma forma que há organizações que se tornaram apêndices do serviço público - completamente dependentes de seus recursos e orientação

⁵ Embora ainda não incluída nos dicionários, Empoderar ou Empoderar-se é uma palavra que vem sendo usada com o significado de dar ou conquistar poder.

-, há aquelas que encontraram meios de autossustento ou diversificaram os patrocínios e mantêm uma linha de atuação independente. Giddens (2001, p. 90), baseado em outras pesquisas, acredita que o que há é uma mudança nas formas de associação civil e engajamento cívico:

A menor confiança nos políticos e outras figuras de autoridade é por vezes tomada como indicador de apatia social geral. [...] não é isso que ela indica – talvez o contrário. Uma sociedade cada vez mais reflexiva é também uma sociedade marcada por elevados níveis de auto-organização. [...] Algumas formas mais antigas de associação civil e engajamento cívico vêm perdendo sua influência, mas outros tipos de energia comunal as estão substituindo.

Retomando a forma mais frequente de participação política - a formação do cidadão e o exercício da cidadania - é latente a concentração de esforços das organizações para este foco:

“A gente faz um trabalho de conscientização, mas também de cidadania, para eles [a comunidade] entenderem que têm um espaço, que todo mundo tem direito de trabalhar, de estudar, porque muitas vezes eles acham que porque não estudaram, ou porque são negros, ou porque são pobres ou porque não sabem falar direito, muitos acham que não têm direitos, que qualquer coisa serve. Então, nosso trabalho é mostrar que todo mundo pode ter o melhor, agora a gente precisa estar unido, a gente precisa trabalhar junto.”

Uma vez por semana, essa organização promove, no turno da noite, palestra sobre um tema relacionado a direitos, cidadania ou questões que permeiam os problemas da comunidade (violência, prostituição, drogas etc.). É distribuído um quilo de leite em pó para quem assiste ou participa da palestra. Segundo a entrevistada, é a forma que encontraram para chamar as pessoas para discutirem seus problemas. Um exemplo citado de êxito da iniciativa foi a mobilização da comunidade para ter coleta de lixo, porque as pessoas jogavam o lixo numa área aberta, já que não havia o serviço público. Então, de um lado houve o empenho da organização em acionar os meios institucionais para solicitar e pressionar pela existência do serviço, e de outro um trabalho de conscientização para as pessoas colocarem o lixo no local apropriado.

Nesse exemplo, a organização entende sua participação na formação do cidadão via palestras e espaços de discussão, mas existem outras organizações nas quais essa formação se dá embutida na própria ação-fim da organização:

“A política está na base da nossa proposta pedagógica. Então, em nenhum momento a gente se distancia do político [...]. A idéia é trazer o menino para o projeto e fazer com que esse menino diga não ao pensamento que ele não é ninguém, que não possa ser feito nada por ele, que ele não tem jeito [...] e

fazê-lo entender que a razão daquela situação é histórica, é política; essa é a nossa meta política”.

A aposta das organizações na formação do cidadão encontra respaldo na democracia participativa. Efetivamente, os teóricos da democracia participativa advogam que o máximo de participação de todas as pessoas em pequenas esferas que levem à socialização ou educação social precisa ocorrer para que as qualidades psicológicas necessárias sejam desenvolvidas.

Outro ponto controverso é a participação em conselhos. A frequência de respostas relativas à participação nos conselhos deliberativos e consultivos é surpreendente, com oito das onze organizações atuando nesses espaços. Na verdade a participação de várias organizações sociais em alguns conselhos é compulsória, por força de lei, como representantes da sociedade civil. Teixeira (2008, p. 120) apresenta algumas questões quanto à funcionalidade dos conselhos:

Os conselhos funcionam como mecanismos viabilizadores da descentralização administrativa – outra bandeira levantada no Brasil, nos anos 1980, ao lado da redemocratização. Foram instituídos verticalmente, como uma imposição desde o governo federal até os municípios, com aquele condicionando o repasse de recursos à instituição formal dos conselhos. Outra questão diz respeito à noção de co-gestão. [...] Essa possibilidade esbarra, contudo, na tradição autoritária patrimonialista e excludente que caracteriza a cultura política municipal brasileira. [...] Uma terceira questão refere-se ao perfil dos conselheiros. [...] Suas atribuições avançam para novos estágios da participação, ao prever funções de fiscalização e deliberação. Essas funções requerem um mínimo de qualificação técnica daqueles que se dispõem a realizá-las.

Novamente, vale considerar os dois lados: de fato, as ponderações de Teixeira são pertinentes e as organizações afirmam que conseguir assento em um conselho não é garantia de êxito, tanto pelos motivos por ele lembrados, quanto por outros de ordem prática, como ter tempo para se inteirar de todas as questões antes de ir para uma reunião. No entanto, é inegável que os conselhos representam espaços de aproximação da sociedade civil com a sociedade política.

Comparando com as formas atuais de participação propostas por Dallari (2004), vê-se claramente que essas organizações têm: 1) participação coletiva - pela integração da comunidade, cujos indivíduos têm objetivos comuns; 2) participação eventual e organizada – tanto participam quando são chamados a uma situação específica, quanto mantêm presença constante em fóruns e

comissões; 3) participação eleitoral; 4) participação em reuniões, movimentos e associações e 5) exercício de crítica – que está relacionada ao conhecimento, exame e esclarecimento das coisas visando uma participação consciente.

6.2 As competências digitais

Dentre as nove organizações que perceberam que a inserção de tecnologias de informação e comunicação demandou novas competências, cinco disseram que tais competências foram trazidas pelas pessoas que ingressaram na organização ao longo do tempo e outras quatro ou promoveram cursos de nivelamento na própria organização ou enviaram os funcionários para cursos externos, conforme a necessidade.

Quanto à distribuição das competências, observa-se também uma situação dual: enquanto em seis organizações a responsabilidade por alimentar o *website*, responder e-mail, atualizar *blog* etc. está concentrada em uma ou duas pessoas, nas demais já há uma estrutura mais distribuída: um administra o *website*, outro produz o conteúdo, outros mantêm *blogs* etc.

Para além da promoção de competências digitais entre aqueles que atuam nas organizações, seis delas direcionam esforços para desenvolvê-las entre os beneficiários de suas atividades. Esse é um ponto interessante porque sendo organizações com fins tão diversos, têm em comum o fato de manterem cursos de informática, infocentros, educação digital ou projetos específicos nesse sentido. Uma organização comentou que a partir de 2010 todos os cursos profissionalizantes que oferecerem (a exemplo de culinária) irão incluir informática e cidadania, “porque são ferramentas indispensáveis a qualquer indivíduo hoje em dia”. Outra organização que mantém um infocentro disse que além de cursos sobre Internet e Linux, o infocentro é aberto à comunidade, para pesquisas; nessa mesma organização, observando que os meninos buscavam o infocentro para jogos eletrônicos, estão procurando introduzir jogos que “oferecem competências e desenvolvam habilidades, porque o jogo pode ser utilizado como um veículo de aprendizagem”.

Outra organização mantém um projeto extremamente interessante e avançado, com base em intercâmbio de idéias e propostas, via Internet, entre

agricultores brasileiros e indianos. Nas palavras da própria organização:

“O projeto Sertão.Net é uma proposta de formação de agricultores para a convivência com o semiárido, por meio de intercâmbios virtuais para troca de conhecimentos e informações. Agricultores e agricultoras que praticam permacultura e agroecologia nas comunidades rurais dos municípios de Cafarnaum, Umburanas, Ourolândia e Morro do Chapéu (Bahia, Brasil) conversam com agricultores e agricultoras indianos envolvidos nos projetos da Power, organização não-governamental que atua prioritariamente com o fortalecimento comunitário de agricultores familiares e a conservação da biodiversidade no semiárido do norte do Estado de Karnataka, Índia.”⁶.

Os agricultores participam de uma teleconferência a cada mês. Além disso, receberam orientação para alimentar um *blog*, que usam para registrar o que aprenderam nas oficinas e comentar o que mais lhes interessou. Como muitos não têm computador, às vezes é levado um laptop para ficar na casa deles por um período, para manter a familiarização.

Observa-se que esta organização vem direcionando esforços para desenvolver competência informacional entre os beneficiários de suas atividades. E o desenvolvimento da competência aparece vinculado à participação política, porque a organização concebe a troca de informações entre os agricultores como uma forma de empoderamento da comunidade, uma forma de buscar soluções para comunidades que têm problemas semelhantes. Efetivamente, a competência informacional está ligada às atitudes para criar e compartilhar informação porque se compreende que assim todos podem aprender e encontrar soluções para as questões cotidianas. Webber e Johnston (2000, p. 396) parecem estar certos ao apontarem o desenvolvimento dessa competência: “A substituição do cidadão como alguém que recebe serviços de informação feitos para ele, em direção a um cidadão como um agente que pode refletir e desenvolver suas próprias abordagens em direção à competência informacional está efetivamente já acontecendo”⁷.

A fala de outro entrevistado indica que o desenvolvimento de competências digitais pode estar sendo demandado no sentido inverso, do público-alvo para as organizações: “Em geral, as líderes das comunidades, mesmo no interior, usam Internet ou conhecem uma pessoa que sabe usar [...]. Já tem lan house no Estado inteiro, então a comunicação via Internet já está

⁶ Fonte: <http://www.permacultura-bahia.org.br/interna.php?cod=34>

⁷ Tradução livre de: “The shift away from the citizen as someone who has information services done to them, and towards the citizen as an agent who can reflect and develop his or her own approach to information literacy, is effectively happening already.”

bem difundida por conta dessas lan houses e também das antenas”. O uso das redes digitais envolve a aplicação de competências diversas como habilidades motoras para usar as ferramentas tecnológicas, a navegação em ambientes virtuais, a competência em informação (*information literacy*), a comunicação, a publicação, enfim aplicação da tecnologia para o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades humanas. Os dados mostram que há organizações que se valem das TICs apenas para a troca de e-mails, outras mantêm blogs, outras mantêm sítios eletrônicos em dois ou três idiomas, outras promovem teleconferências. Enfim, desenvolvem ações e produtos que mobilizam todo o esquema conceitual de competências digitais.

7 CONCLUSÃO

Algumas pesquisas (Norris, 2001; Jenkins, 2009) têm apontado que a cultura participativa que vem se desenvolvendo a partir das tecnologias digitais traz consigo a diversificação das formas de participação política. Para além de escolher representantes, a participação é praticada na militância em causas de interesse específico, na manifestação em consulta pública, no debate sobre um tema de interesse coletivo e numa diversidade de outras formas. Essas e outras ações são cada vez mais usuais para aqueles que se apoderaram do meio digital para um amplo espectro de atividades, do trabalho ao lazer, dos cuidados com a saúde à participação política. Claro está que aquelas formas de participação política são prévias às tecnologias digitais, mas é inegável que essas tecnologias potencializaram suas possibilidades de aplicação para os que a dominam. Usando as palavras de Aviran e Eshet-Alkalai (2006): “Dada a extrema importância da competência digital para a efetiva atuação, aprendizagem e ensino em ambientes digitais, o progresso nessa direção é vital para nossa capacidade de lidar racionalmente com os desafios da cultura digital⁸”.

Os valores que emergem com a cibercultura, como manter-se informado, comunicar-se constantemente, trabalhar colaborativamente, criar e

⁸ Tradução livre de: “Given the utmost importance of digital literacy for effective functioning, learning, and teaching in digital environments, the initiation of progress in this direction is vital to our ability to deal rationally with the challenges of digital culture”.

avaliar informações, colocar sua opinião, entre outros, são valores que parecem levar a um cidadão mais participativo, que se vê como corresponsável por decisões sobre questões do seu entorno. Participação política hoje, portanto, é um conceito em franca evolução, que passa pela escolha de representantes, mas que vêm aglutinando rapidamente novos e variados canais de deliberação.

Os casos estudados também permitem afirmar que a participação política vem se firmando como uma prioridade entre as ações de organizações que nem sempre tinham esse intuito no início de suas atividades. O conceito de participação relaciona-se basicamente com práticas em direção à formação de cidadãos, à construção de políticas públicas e à defesa de direitos. De acordo com esse conceito, para a maior parte das organizações a forma de atuação mais efetiva está no empoderamento da comunidade para tornar mais eficaz sua participação em conselhos e fóruns públicos.

Elas se valem de intenso fluxo de informação e comunicação, principalmente com o beneficiário de suas atividades e com parceiros. As tecnologias de informação e comunicação têm sido gradualmente absorvidas e diretamente aplicadas para justamente potencializar aquele fluxo. A crescente compreensão da necessidade de atuar em rede com organizações similares, parceiros, associados, funcionários e clientes, tem levado as organizações a desenvolver competências digitais, seja absorvendo pessoas qualificadas em seu quadro de servidores, seja promovendo a capacitação tanto destes quanto de associados e clientes.

De fato, apesar de finalidades tão diversas, mais da metade das organizações pesquisadas têm cursos, projetos ou espaços vinculados ao desenvolvimento de competências digitais para seu público-alvo. As organizações, se consideradas no todo, desenvolveram competências digitais que se refletem nos produtos que disponibilizam: sítios eletrônicos, *blogs*, teleconferências etc. No entanto, será necessário o aprofundamento do estudo para verificar: quais competências são mais ou menos desenvolvidas; se as capacitações influenciam no desenvolvimento dessas competências; e como tudo isto afeta a participação política das organizações e de seu público alvo. É o que se pretende com o desenrolar desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AVIRAM, Aharon; ESHET-ALKALAI, Yoram. Towards a theory of digital literacy: three scenarios for the next steps. **European Journal of Open, Distance and E-learning**, n. 1, 2006. Disponível em http://www.eurodl.org/materials/contrib/2006/Aharon_Aviram.htm. Acesso em 26 out. 07
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, p. 83-108, nov. 2003
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BOHMAN, James. **Public deliberation**: pluralism, complexity, and democracy. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 2
- CORTÊS, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHAMN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007
- DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Unesp, 1996.
- FLEMING, Dan. A ICT 'Literacy' revisited: or what the literate citizen really needs to know. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 45-73, dez. 2004
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras**: estudos midiáticos, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005.
- JAMBEIRO, Othon et al. [Políticas de informação e comunicação, participação social e controle da gestão pública, em websites municipais](#). *Verso e Reverso*, v. 22, n. 50, 2008
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009
- LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 26, 2009.
- MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 10., Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2001.
- MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 46-72.
- MARQUES, Francisco P. J. A. **Participação política e internet**: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do Estado brasileiro. 2008. 498f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008.
- MARTIN; Allan. Literacies for the digital age: preview of part I. In: MARTIN; Allan; MADIGAN, Dan (Ed.). **Digital literacies for learning**. London, Facet, 2006

- MURDOCK, G.; GOLDING, P. Dismantling the digital divide: rethinking the dynamics of participation and exclusion. In: Andrew, C.; COLIN, S. **Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century**. Rowman & Littlefield, 2004, p. 244-260
- NORRIS, Pippa . Cyberecultura. In: NORRIS, Pippa. **Digital divide: [civic engagement, information poverty and the internet worldwide](#)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, v. 32, n. 141, 1997, p. 419-442. Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/docs/analsoc6.pdf>. Acesso em 23 dez. 2008
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- TEIXEIRA, Elenaldo C. (Coord.) **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador: Edufba, 2008.
- UGARTE, Pedro S. Que participação para qual democracia? . In: COELHO, Vera S.; NOBRE, Marcos (Orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: 34, 2004. p. 93-106.
- WEBBER, Sheila; JOHNSTON, Bill. Conceptions of information literacy: new perspectives and implication. *Journal of Information Science*, v. 26, n. 6, 2000, p. 381-397.